



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3741

RECAPE: Projeto Linha Elétrica dos Projetos Solares de Helíade e Torre das Vargens, a 220 KV

julho de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública
AIA 3741
RECAPE: Projeto “Linha Elétrica dos Projetos Solares de Helíade e
Torre Vargens, a 220 KV”

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: julho de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
4. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	4

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública do RECAPE - Verificação do Relatório de Conformidade Ambiental do Projeto "Linha Elétrica dos Projetos Solares de Heliade e Torre das Vargens, a 220 KV".

O proponente do Projeto é a Empresa ENDESA GENERACIÓN PORTUGAL, S.A.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 15 dias úteis de 15 de junho a 03 de julho de 2026.

A publicitação do RECAPE, incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.
 - Câmara Municipal do Crato.
 - Câmara Municipal de Gavião.
 - Câmara Municipal de Ponte de Sôr.
- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

- Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.
- Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

3. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

No âmbito da Consulta Pública foram recebidas 15 exposições:

- Câmara Municipal do Crato.
- Câmara Municipal de Gavião.
- Freguesia de Monte da Pedra.
- Consórcio LIFE Aegyptius Return.
- 11 Cidadãos.

4. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Câmara Municipal do Crato

O Município do Crato refere que a análise efetuada ao RECAPE conclui pela conformidade do Projeto de Execução com a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) e com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis, não identificando desconformidades suscetíveis de comprometer o cumprimento das condicionantes ambientais estabelecidas.

Contudo, salienta que a linha elétrica em avaliação integra um conjunto mais vasto de infraestruturas energéticas associadas ao Cluster do Pego, considerando que a apreciação do projeto deve ter em conta os efeitos cumulativos decorrentes da crescente concentração de empreendimentos de produção e transporte de energia renovável no território, em particular na freguesia de Monte da Pedra.

O Município destaca, ainda, a necessidade de uma avaliação rigorosa dos impactes sobre a paisagem, os sistemas de montado, os corredores ecológicos e os valores patrimoniais e culturais existentes, bem como o acompanhamento das medidas de integração paisagística previstas para minimizar os impactes visuais identificados em locais sensíveis.

Adicionalmente, considera fundamental garantir a efetiva implementação e monitorização das medidas de proteção das formações de sobreiro e azinheira e assegurar uma gestão adequada das faixas de servidão e de gestão de combustível, compatibilizando a segurança da infraestrutura com a preservação dos valores ecológicos e produtivos do território.

Em conclusão, o Município do Crato não apresenta objeções à conformidade ambiental demonstrada no RECAPE, mas recomenda uma monitorização exigente dos impactes cumulativos territoriais, paisagísticos e ecológicos, bem como da eficácia das medidas de minimização previstas.

Câmara Municipal de Gavião

A Câmara Municipal de Gavião manifesta parecer desfavorável ao projeto, recordando que já havia emitido posições desfavoráveis relativamente aos diversos empreendimentos integrados no projeto de Transição Justa da Central do Pego, considerando que as preocupações anteriormente apresentadas não foram adequadamente refletidas nas análises efetuadas.

O Município refere ainda a existência de questões de enquadramento territorial relacionadas com o Plano Diretor Municipal de Gavião, entendendo que subsistem incompatibilidades com disposições do instrumento de gestão territorial aplicável.

Relativamente à paisagem, considera que a implantação da linha elétrica originará impactes visuais negativos permanentes, associados à presença dos apoios e à artificialização da paisagem, com efeitos na qualidade cénica e na identidade territorial. Refere igualmente potenciais impactes ao nível da qualidade de vida das populações.

A autarquia destaca, também, a insuficiente avaliação dos impactes cumulativos, entendendo que a análise apresentada não considera de forma integrada o conjunto de projetos energéticos previstos ou em desenvolvimento na região, cuja concentração poderá conduzir à sobreposição de corredores energéticos e à intensificação dos efeitos sobre o território.

Por último, manifesta preocupação com os impactes sobre a avifauna, a flora, a vegetação e os habitats naturais, resultantes das operações de construção e abertura de acessos necessárias à implementação da infraestrutura. Em consequência, a Câmara Municipal de Gavião mantém a sua posição desfavorável ao projeto, com fundamento nos impactes diretos, indiretos e cumulativos identificados.

Freguesia de Monte da Pedra

A Junta de Freguesia de Monte da Pedra apresenta um conjunto de observações relativas ao RECAPE, destacando dificuldades no acesso e consulta de alguns elementos disponibilizados, nomeadamente ficheiros técnicos e cartográficos que, no seu entender, não são acessíveis ao cidadão comum. Solicita uma maior disponibilização da informação em formatos mais simples e compreensíveis.

Relativamente ao Plano de Acessos, manifesta preocupação com a manutenção da circulação de pessoas e bens durante a fase de obra, a proteção de acessos a propriedades privadas, a salvaguarda de elementos patrimoniais, como muros de pedra, e a reposição das condições dos caminhos após a conclusão dos trabalhos. Defende ainda o envolvimento da Junta de Freguesia na validação destas soluções.

No âmbito do cumprimento da Declaração de Impacte Ambiental (DIA), considera fundamental a implementação dos programas de monitorização previstos, a realização de ações de esclarecimento junto da população e a definição de medidas concretas de compensação para as comunidades afetadas. Entende que o processo de comunicação deve ser reforçado através de sessões públicas presenciais e de maior proximidade com as populações locais.

A Junta de Freguesia reitera a sua preferência pelo enterramento das linhas elétricas, sobretudo nas zonas mais próximas de Monte da Pedra, considerando que esta solução permitiria reduzir os impactes paisagísticos, ambientais e sobre a avifauna, bem como minimizar a fragmentação do território. Salaria igualmente os potenciais efeitos negativos da linha sobre o turismo de natureza e outras atividades económicas dependentes da qualidade da paisagem.

Destaca, ainda, a importância da preservação dos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais da freguesia, entendidos como fatores essenciais para o desenvolvimento local, nomeadamente nas áreas do turismo, da caça, do lazer e da fixação de população. Defende que a transição energética deve ser acompanhada por medidas de compensação efetivas e equitativas para as populações afetadas, incluindo benefícios concretos associados à produção de energia renovável.

Considera, também, que o projeto deverá ser acompanhado por medidas compensatórias concretas e vinculativas para as populações afetadas, incluindo a partilha de benefícios associados à produção de energia, a valorização ambiental do território, a minimização dos impactos paisagísticos através do eventual enterramento das linhas elétricas e a promoção de benefícios económicos locais, nomeadamente através da utilização de mão de obra da região.

A Junta de Freguesia não assume uma posição de oposição ou de apoio ao projeto, mas considera essencial que sejam adotadas medidas robustas de minimização de impactos, reforço da comunicação com a população e compensação dos efeitos sociais, económicos e ambientais decorrentes da implementação do projeto

Consórcio LIFE Aegyptius Return (ID 114998)

O consórcio LIFE Aegyptius Return apresenta um parecer focado nos potenciais impactos da linha elétrica sobre o abutre-preto (*Aegypius monachus*) e outras aves necrófagas ameaçadas, com base em informação atualizada de monitorização por GPS/GSM. Refere que a área do Complexo Electroprodutor do Pego é utilizada regularmente por um número significativo de abutres-pretos provenientes de várias colónias nacionais, incluindo a do Tejo Internacional, considerando que a área de influência da linha integra territórios relevantes para alimentação, dispersão e movimentos da espécie.

Destaca igualmente a utilização da região por outras espécies de aves necrófagas protegidas, nomeadamente o grifo (*Gyps fulvus*) e o britango (*Neophron percnopterus*), salientando o risco de colisão e eletrocussão associado às infraestruturas elétricas.

Relativamente às medidas de minimização, defende que a linha seja integralmente sinalizada com dispositivos de elevada eficácia para redução do risco de colisão, privilegiando sinalizadores pendentes e rotativos de alto contraste. Recomenda ainda o enterramento de redes elétricas internas sempre que tecnicamente possível, o isolamento adequado das estruturas para prevenir eletrocussões e a adoção de medidas de gestão do pastoreio que evitem a atração de aves necrófagas para a proximidade da infraestrutura.

Considera positivo o Programa de Monitorização da Avifauna proposto, mas recomenda ajustamentos metodológicos que permitam refletir melhor os padrões de atividade das aves necrófagas. Chama, ainda, a atenção para a necessidade de uma avaliação cumulativa dos impactos do conjunto dos projetos energéticos do Complexo Electroprodutor do Pego, designadamente no que respeita à perda de habitat de alimentação, efeito de barreira, perturbação da fauna e potencial afetação futura de áreas de reprodução.

Por último, considera fundamental a implementação de medidas compensatórias específicas para o abutre-preto, manifestando concordância com a proposta de criação e gestão de uma rede de Áreas Privadas para Alimentação de Aves Necrófagas (APAAN), entendida como uma medida relevante para compensar os impactos residuais do projeto sobre esta espécie ameaçada.

Cidadãos:

No âmbito da Consulta Pública foram rececionadas 11 participações, maioritariamente desfavoráveis ao projeto, nas quais foram manifestadas preocupações relacionadas com os seus potenciais impactes ambientais, paisagísticos, sociais e económicos.

De forma geral:

- Manifestam preocupação com os impactes paisagísticos, ambientais e socioeconómicos associados ao projeto, salientando a importância do património natural e da paisagem do Alto Alentejo, em particular da freguesia de Monte da Pedra, para o desenvolvimento do turismo de natureza e de outras atividades económicas locais;
- Defendem a proteção do património arqueológico e histórico, através da salvaguarda dos elementos patrimoniais identificados na área de influência do projeto;
- Propõem a adoção de medidas de proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, incluindo a manutenção do coberto vegetal, a utilização de produtos biodegradáveis na manutenção das infraestruturas, a monitorização do consumo de água e a prevenção da contaminação dos solos e das linhas de água;
- Consideram que devem ser asseguradas condições adequadas para os trabalhadores afetos à obra, nomeadamente ao nível do alojamento e das condições de trabalho, defendendo igualmente uma distribuição mais equitativa das compensações associadas ao projeto pelos municípios e freguesias diretamente afetados;
- Entendem que as linhas elétricas de transporte deveriam ser enterradas, de modo a reduzir os impactes paisagísticos, os riscos de incêndio e a vulnerabilidade a fenómenos meteorológicos extremos, sugerindo ainda a articulação desta infraestrutura com a melhoria das acessibilidades locais e das redes de telecomunicações;
- Propõem o reforço dos mecanismos de fiscalização e a aplicação de sanções em caso de incumprimento das medidas ambientais, sociais e técnicas previstas.
- Relativamente aos elementos técnicos apresentados, consideram que subsistem dúvidas quanto à suficiência e ao detalhe dos estudos realizados, nomeadamente no que respeita ao inventário de sobreiros e azinheiras.
- Questionam se a área inventariada corresponde à totalidade da área potencialmente afetada pela obra e solicitam esclarecimentos adicionais sobre a metodologia utilizada para avaliação dos sistemas radiculares e da afetação de exemplares protegidos.
- São ainda levantadas questões relativas à classificação das manchas de povoamento identificadas, ao período de realização dos trabalhos de campo e à consideração da regeneração natural existente, entendendo os participantes que estes fatores poderão influenciar a avaliação ecológica efetuada e as medidas de proteção propostas.

- Algumas participações referem que os documentos apresentados se centram essencialmente na caracterização dos exemplares arbóreos existentes, considerando insuficientemente desenvolvida a avaliação dos impactes concretos da infraestrutura sobre as quercíneas protegidas, designadamente ao nível da compactação dos solos, dos danos radiculares, da estabilidade dos exemplares e da necessidade de medidas específicas de minimização ou compensação.
- Foram igualmente apresentadas observações relativas à biodiversidade, nomeadamente quanto à ausência de uma análise específica sobre a lontra (*Lutra lutra*), atendendo à proximidade de linhas de água potencialmente utilizadas por esta espécie.
- Questionam ainda a avaliação dos impactes paisagísticos e socioeconómicos sobre propriedades específicas localizadas na área de influência do projeto, designadamente a Herdade Horta de Sampaio. Referem que, embora o RECAPE reconheça a ocorrência de alterações visuais na paisagem e classifique os impactes como reduzidos a moderados, a análise apresentada é efetuada sobretudo à escala territorial, considerando povoações, focos de observadores e áreas de visibilidade geral. Neste contexto, entendem não estar suficientemente avaliado o impacto visual específico sobre aquela propriedade, atendendo à sua proximidade direta às infraestruturas do projeto.
- Defendem alternativas à ocupação de solos rurais e agrícolas para produção de energia solar, sugerindo a instalação de painéis fotovoltaicos em coberturas de edifícios, parques de estacionamento, áreas industriais e outros espaços já artificializados.

Em síntese, as principais preocupações expressas nas participações recebidas incidem sobre:

- Os impactes na paisagem, biodiversidade e património natural;
- A ocupação de solos agrícolas e rurais;
- A acumulação de infraestruturas energéticas na região;
- Os potenciais impactes socioeconómicos sobre atividades e propriedades existentes;
- A ausência de benefícios diretos percecionados para as populações locais.



Os Originais das exposições, apresentadas durante o período de Consulta Pública, encontram-se arquivadas no processo administrativo da Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).